

CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral
Informação reportada ao
terceiro trimestre de 2019

44



ccdrc comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro



44

Boletim trimestral

Informação reportada ao
terceiro trimestre de 2019

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento
Regional

Data de Edição

Dezembro de 2019

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdr.pt

Alguma da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdr.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO de PORTUGAL

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 10 Desemprego Registado
- 12 Empresas
- 13 Comércio Internacional de Bens
- 16 Turismo
- 17 Construção e Habitação
- 20 Preços e Consumo Privado
- 22 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No terceiro trimestre de 2019, o Produto Interno Bruto registou um aumento homólogo real de 1,9%, resultado do contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional desceu para os 6,1%, valor mais baixo da série. O nível de preços diminuiu 0,2% face ao trimestre homólogo, invertendo a tendência de aumento dos trimestres anteriores. A confiança dos consumidores tornou a diminuir e o indicador de clima económico voltou a desacelerar.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, continuou a verificar-se uma redução do desemprego e um aumento do emprego. Também a taxa de atividade cresceu, face a igual período do ano anterior. Em contraste, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região diminuiu relativamente ao trimestre homólogo, o que já não sucedia há dois anos.

No setor empresarial da Região Centro, face a igual período do ano anterior, assistiu-se novamente a um aumento das empresas constituídas e a uma redução significativa das ações de insolvência. O peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos continuou a diminuir, atingindo o valor mais baixo dos últimos sete anos. Também os empréstimos concedidos às empresas mantiveram a tendência de queda. No setor da construção, as obras concluídas evidenciaram uma evolução positiva, a avaliar pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores. Já os edifícios licenciados, apesar de terem continuado a diminuir, apresentaram alguns sinais de melhoria com aumentos homólogos significativos nas construções novas e nos novos fogos para habitação familiar.

A atividade turística regional manteve a tendência positiva dos últimos trimestres, evidenciada pelos crescimentos homólogos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico. Nas relações comerciais da região com o mercado externo registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, tendo o crescimento das saídas sido mais elevado. Relativamente ao consumo privado regional, todos os indicadores apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas. A taxa de inflação homóloga regional diminuiu, o que já não sucedia há quatro anos.

No PORTUGAL 2020, até 30 de setembro de 2019, estavam aprovados 5,8 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 8,8 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 era o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que tinha cofinanciado a maioria dos montantes aprovados.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

1,9%

foi o crescimento
homólogo real do
PIB e

6,1%

a taxa de
desemprego nacional

No terceiro trimestre de 2019, o Produto Interno Bruto registou um aumento homólogo real de 1,9%, resultado do contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional desceu para os 6,1%, valor mais baixo da série. O nível de preços diminuiu 0,2% face ao trimestre homólogo, invertendo a tendência de aumento dos trimestres anteriores. A confiança dos consumidores tornou a diminuir e o indicador de clima económico voltou a desacelerar.

No terceiro trimestre de 2019, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume aumentou 1,9% face ao trimestre homólogo¹, taxa igual à do trimestre anterior.

A procura interna contribuiu positivamente para este crescimento com um aumento de 3,2% na comparação homóloga (variação igual à do trimestre anterior), resultado da ligeira aceleração do consumo das famílias e do abrandamento do investimento (cuja taxa de variação homóloga passou de 10,5% para 8,8% neste trimestre).

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	1,9	1,9	2,1	2,0	2,4	2,4	3,5
Procura interna	v. h. (%)	3,2	3,2	3,7	3,5	3,2	3,3	3,3
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,4	2,1	2,4	3,3	3,3	3,1	2,1
Formação bruta de capital	v. h. (%)	8,8	10,5	12,1	7,3	5,4	6,2	11,9
Taxa de investimento	%	19,0	18,9	18,8	18,7	17,8	17,7	17,1
Exportações	v. h. (%)	2,6	1,6	3,1	0,8	2,8	3,8	8,4
Importações	v. h. (%)	5,8	4,8	7,1	4,2	4,6	5,8	8,1
VAB	v. h. (%)	1,5	1,4	1,8	1,2	1,9	2,1	3,3
Taxa de desemprego	%	6,1	6,3	6,8	6,7	6,7	7,0	8,9
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	-0,2	0,5	0,8	0,8	1,4	1,0	1,4
Indicador de confiança dos consumidores	%	-7,1	-8,2	-9,5	-6,2	-5,0	-4,8	-5,0
Indicador de clima económico	%	2,3	2,4	2,5	2,6	2,6	2,5	2,3
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,112	1,124	1,136	1,141	1,163	1,181	1,129
	v. h. (%)	-4,4	-5,7	-7,6	-3,1	-1,0	4,6	2,0

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

A procura externa líquida voltou a registar um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB (e igual ao do trimestre precedente), refletindo uma aceleração em volume, quer das importações, quer das exportações. De facto, as importações aumentaram 5,8% em termos homólogos reais (contra 4,8% no período anterior), resultado sobretudo da aceleração das importações de serviços (as importações de bens também aumentaram, mas de forma mais ligeira). As exportações de bens e serviços registaram uma variação homóloga real de 2,6% neste trimestre (após um crescimento homólogo de 1,6% no trimestre anterior), refletindo o forte crescimento das exportações de serviços (que passaram de uma diminuição homóloga de 0,9% no trimestre anterior, para um crescimento de 6,2% neste trimestre) e o abrandamento das exportações de bens.

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.
Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 1,5% em termos homólogos reais, o que representa uma variação de 0,1 pontos percentuais face ao trimestre anterior. Neste período, apenas os ramos da “energia, água e saneamento” e da “indústria” registaram variações homólogas reais negativas (-5,4% e -1,2%, respetivamente), destacando-se, nas variações positivas, o aumento homólogo real de 7,6% na “construção”.

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional desceu para os 6,1%, voltando a atingir o valor mais baixo da série, tendo diminuído 0,2 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e 0,6 pontos percentuais relativamente ao período homólogo. Estimavam-se 323,4 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo uma diminuição trimestral do desemprego de 5,1 mil pessoas e uma diminuição homóloga de 29,3 mil indivíduos.

Neste trimestre, o nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, diminuiu 0,2% na comparação homóloga, invertendo a tendência de aumento verificada nos trimestres anteriores. Das 12 classes de consumo, sete registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, evidenciando-se as classes do “vestuário e calçado” e das “comunicações” com os maiores decréscimos (-4,0%, em ambos os casos). Nas restantes classes ocorreram aumentos homólogos, destacando-se as classes das “bebidas alcoólicas e tabaco” (1,9%), dos “bens e serviços diversos” (1,5%) e da “educação” (1,4%) com os maiores crescimentos.

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, continuaram negativas, ainda que ligeiramente menos negativas do que nos dois trimestres anteriores. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ INE, apesar de positiva, diminuiu face aos trimestres anteriores.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu 4,4% face ao trimestre homólogo, mantendo-se, assim, a tendência de depreciação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2018, apesar de ligeiramente menos acentuada neste trimestre. Esta desvalorização do euro traduz-se num preço inferior para igual quantidade de bens exportados e num preço superior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional.

Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

4,8%

foi a taxa de
desemprego regional
do trimestre e

-5,5%

foi a diminuição
homóloga nos
trabalhadores
contratados a termo
na região

No terceiro trimestre de 2019, continuou a verificar-se uma redução do desemprego e um aumento do emprego na Região Centro. Também a taxa de atividade cresceu, face a igual período do ano anterior. Em contraste, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região diminuiu relativamente ao registado no trimestre homólogo, o que já não sucedia há dois anos.

De acordo com os dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, do Instituto Nacional de Estatística, no terceiro trimestre de 2019, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶ na Região Centro foi de 60,1%, tendo aumentado face ao período homólogo (0,3 p.p.) e anterior (1p.p.). Esta taxa regional superou a média nacional, que foi de 59,5% e, como habitual, a dos homens foi mais elevada que a das mulheres (65,3% contra 55,6%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascendia a 1.165,2 mil indivíduos, registando uma variação homóloga quase nula. Já os inativos⁸ totalizavam 1.039,8 mil indivíduos, menos 1,5% do que no trimestre homólogo. Esta evolução deveu-se essencialmente ao decréscimo dos domésticos (-13,2%) e dos estudantes com 15 e mais anos (-2,6%), sendo contrariada, pela variação positiva dos reformados (1,0%), que voltaram a observar o mesmo crescimento do trimestre precedente.

⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

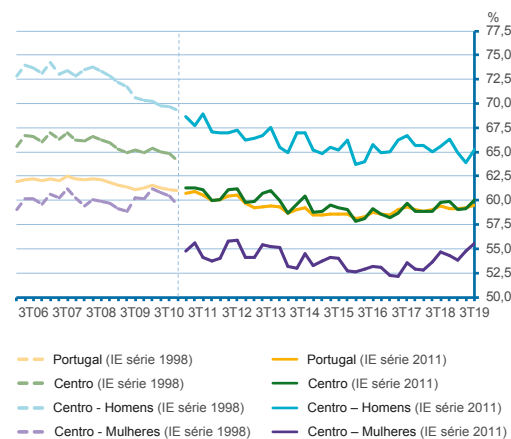
⁶ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

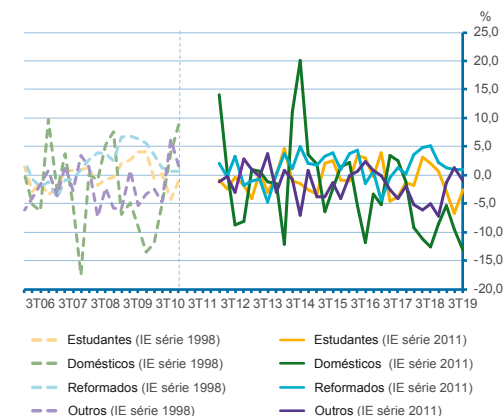
⁸ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho⁹ (variação homóloga)



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017	
								média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	59,5	59,2	59,1	59,1	59,4	59,1	59,0	
Centro	%	60,1	59,1	59,0	59,9	59,8	59,4	58,9	
	v. h. (p.p.)	0,3	0,2	0,1	1,0	0,1	0,5	0,5	
População ativa – Centro	milhares	1.165,2	1.145,9	1.145,5	1.167,0	1.165,3	1.157,6	1.152,7	
	v. h. (%)	0,0	-0,3	-0,3	1,3	-0,3	0,4	0,5	
População inativa – Centro	milhares	1.039,8	1.062,2	1.066,2	1.051,4	1.055,4	1.064,5	1.084,0	
	v. h. (%)	-1,5	-1,1	-1,0	-2,8	-1,1	-1,8	-1,5	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	161,6	174,7	176,1	169,9	165,9	176,1	174,5	
	v. h. (%)	-2,6	-6,7	-2,9	0,7	2,0	0,9	-1,5	
Domésticos	milhares	73,4	79,2	84,5	90,8	84,6	88,1	98,2	
	v. h. (%)	-13,2	-9,5	-5,4	-8,6	-12,6	-10,3	-0,3	
Reformados	milhares	402,2	397,2	388,7	384,8	398,2	390,1	375,4	
	v. h. (%)	1,0	1,0	1,2	2,2	5,1	3,9	-0,9	
Outros	milhares	402,7	411,1	416,9	405,9	406,7	410,3	436	
	v. h. (%)	-1,0	1,3	-1,3	-7,2	-5,1	-5,9	-2,2	

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no terceiro trimestre de 2019, foi de 57,2%, traduzindo, respetivamente, um crescimento de 0,6 p.p. e de 0,9 p.p. face ao trimestre homólogo e anterior. Esta taxa regional manteve-se, como habitual, superior à média nacional, que foi de 55,8%.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.108,9 mil indivíduos, o que representou um aumento de 0,6% face ao mesmo período do ano anterior. Destacam-se, pelo seu contributo positivo mais significativo para a variação da população empregada, o emprego no setor terciário, que voltou a registar um acréscimo de 5,5%, o emprego feminino que cresceu 2,8% e o aumento dos empregados dos 25 aos 44 anos (1,6%). Em sentido contrário, é de salientar a contração homóloga de 16,2% registada no emprego do setor primário, dando continuidade ao comportamento negativo verificado no trimestre precedente.

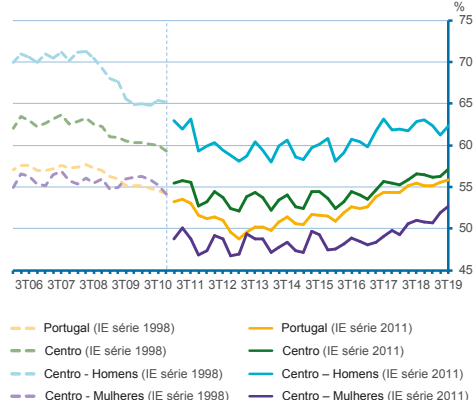
O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 2,8% em termos homólogos. Este crescimento foi mais expressivo nos trabalhadores que possuem o ensino secundário ou pós-secundário como habilitação, nos que desempenham as suas funções a tempo parcial e nos contratados sem termo. É ainda de salientar o decréscimo homólogo de 5,5% ocorrido nos trabalhadores contratados a termo, que não só intensificou a evolução negativa verificada nos três trimestres precedentes, como começa a dar sinais de uma redução da precaridade nos vínculos laborais.

¹⁰ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

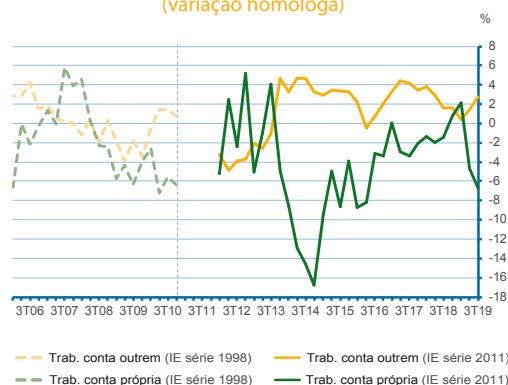
¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

Já os trabalhadores por conta própria diminuíram 6,7% face ao período homólogo, mantendo a tendência de quebra verificada há mais de dois anos, apenas interrompida no último trimestre de 2018 e no primeiro de 2019. Esta evolução homóloga resultou da variação negativa ocorrida nos trabalhadores isolados (-8,1%) e nos empregadores (-2,4%).

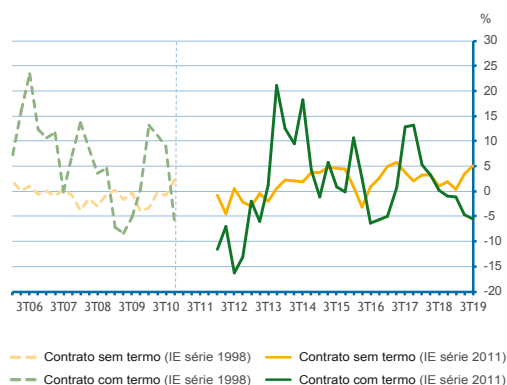
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



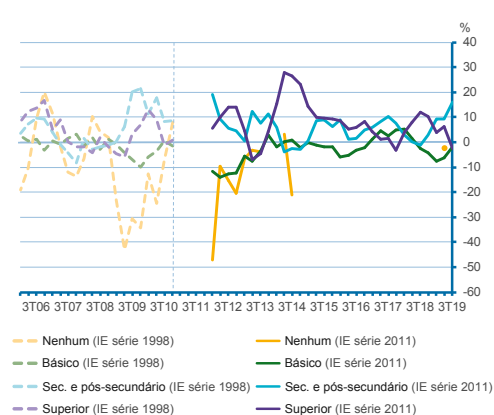
População empregada no Centro por situação na profissão¹¹ (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹²



Quadro 3 – Emprego		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	55,8	55,5	55,1	55,1	55,4	55,0	53,7	
Centro	%	57,2	56,3	56,1	56,5	56,6	56,0	54,8	
	v. h. (p.p.)	0,6	0,5	0,9	1,1	1,0	1,2	1,3	
População empregada – Centro		milhares	1.108,9	1.091,8	1.089,7	1.101,0	1.102,4	1.092,3	1.073,0
	v. h. (%)	0,6	0,3	1,2	1,6	1,2	1,8	2,1	
Homens	v. h. (%)	-1,4	-1,4	0,0	1,4	-1,0	0,7	3,3	
Mulheres	v. h. (%)	2,8	2,1	2,4	1,8	3,7	3,0	0,7	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-5,1	22,1	10,3	-7,4	6,6	0,3	9,5	
25 - 44 anos	v. h. (%)	1,6	0,1	-0,3	-0,5	-1,7	-0,8	-1,0	
45 anos ou mais	v. h. (%)	0,5	-1,6	1,5	4,4	3,0	4,3	4,2	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-16,2	-19,5	1,2	2,8	2,8	-2,7	-4,2	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-3,7	-3,0	-4,9	-3,9	-5,8	-1,6	4,8	
Serviços	v. h. (%)	5,5	5,5	4,0	4,0	4,4	4,3	2,1	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	892,6	871,0	857,3	871,8	868,6	863,3	842,4
	v. h. (%)	2,8	1,4	0,4	1,6	1,7	2,5	3,8	
Contratos sem termo	v. h. (%)	5,1	3,4	0,3	1,9	1,1	2,4	4,1	
Contratos com termo	v. h. (%)	-5,5	-4,6	-1,2	-1,0	0,2	1,8	5,2	
Tempo completo	v. h. (%)	2,4	1,1	1,0	2,3	1,6	2,9	4,2	
Tempo parcial	v. h. (%)	7,7	6,7	-6,8	-7,0	2,4	-2,9	-0,5	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	-2,6	§	-10,1	§	-6,6	-5,0	
Básico	v. h. (%)	-2,0	-6,3	-7,5	-4,4	-2,6	-0,2	3,3	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	16,1	9,2	9,1	3,0	-1,2	1,1	8,0	
Superior	v. h. (%)	-2,6	6,1	3,9	10,4	12,1	8,6	0,8	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	211,4	215,2	223,5	222,7	226,5	223,5	225,7
	v. h. (%)	-6,7	-4,7	2,1	0,9	-1,4	-1,0	-2,2	
Isolados	v. h. (%)	-8,1	-6,6	3,2	0,2	-1,4	-1,4	-3,2	
Empregadores	v. h. (%)	-2,4	0,9	-0,9	2,5	-1,6	0,0	1,5	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

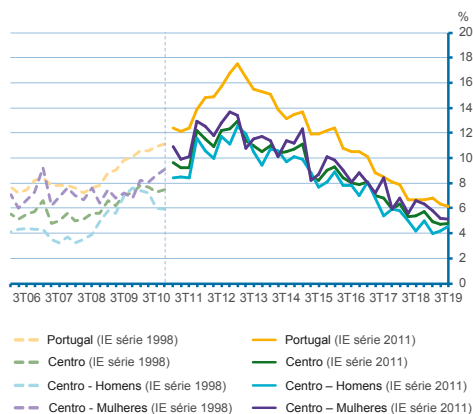
¹² Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

A taxa de desemprego¹³ regional foi de 4,8%, no terceiro trimestre de 2019, mantendo a diminuição de 0,6 p.p. face ao trimestre homólogo. Este valor foi novamente o mais baixo das sete regiões portuguesas e permaneceu inferior à média nacional, que foi de 6,1%. A taxa de desemprego das mulheres continuou a ser superior à dos homens (5,1% contra 4,6%).

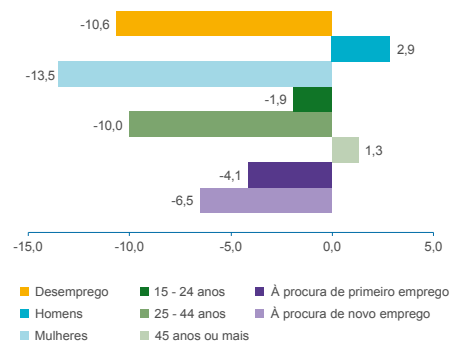
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 56,3 mil indivíduos, menos 10,6% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, apenas os homens desempregados e os desempregados com 45 ou mais anos observaram crescimentos homólogos. Todas as restantes categorias registaram diminuições homólogas, tendo as mais expressivas ocorrido nos desempregados à procura do primeiro emprego (-27,1%), nas mulheres desempregadas (-22,5%) e nos desempregados dos 25 aos 44 anos (-22,0%).

¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no terceiro trimestre de 2019 (%)



Quadro 4 – Desemprego		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	6,1	6,3	6,8	6,7	6,7	7,0	8,9
Centro	%	4,8	4,7	4,9	5,7	5,4	5,6	6,9
	v. h. (p.p.)	-0,6	-0,6	-1,4	-0,2	-1,4	-1,3	-1,5
Homens	%	4,6	4,2	4,0	5,0	4,2	5,0	6,5
Mulheres	%	5,1	5,2	5,8	6,3	6,6	6,3	7,4
15 - 24 anos	%	17,8	§	12,1	20,4	18,2	18,9	20,8
25 - 44 anos	%	4,5	§	5,6	6,2	5,8	6,3	6,9
45 anos ou mais	%	3,4	3,5	3,3	3,2	3,3	3,4	5,1
População desempregada – Centro	milhares	56,3	54,1	55,8	66,0	63,0	65,3	79,8
	v. h. (%)	-10,6	-10,4	-22,4	-2,2	-20,7	-18,2	-16,9
Homens	v. h. (%)	7,1	-16,7	-31,2	-13,6	-23,1	-24,1	-15,5
Mulheres	v. h. (%)	-22,5	-4,5	-14,2	10,2	-18,9	-12,2	-18,4
15 - 24 anos	v. h. (%)	-7,9	x	-23,9	32,0	-11,1	-10,8	-21,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	-22,0	x	-25,0	2,7	-10,3	-10,0	-17,5
45 anos ou mais	v. h. (%)	4,2	13,4	-17,4	-24,6	-37,0	-31,7	-13,2
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-27,1	-50,6	-18,4	33,3	-11,1	2,3	-30,6
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-7,7	-4,6	-22,9	-6,9	-22,2	-20,6	-14,8
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-10,4	-1,0	13,0	3,5	-15,0	-19,2	2,6
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-10,8	-18,9	-47,8	-8,1	-26,1	-17,1	-29,9

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado
x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 846 euros, resultando numa diminuição homóloga real de 0,3%, o que já não sucedia há dois anos. De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que conheceu, pelo terceiro trimestre consecutivo, uma variação homóloga real de 2,2%, cifrando-se, neste trimestre, nos 909 euros.

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)									
Portugal	€	909	911	902	896	891	888	856	
	v. h. real (%)	2,2	2,2	2,2	2,7	2,1	2,7	0,6	
Centro	€	846	855	849	846	850	838	805	
	v. h. real (%)	-0,3	1,9	2,8	3,5	3,1	3,1	-0,6	

DESEMPREGO REGISTRADO

-8,3%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo e

No terceiro trimestre de 2019, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao mesmo período do ano anterior, atingindo um novo mínimo histórico. Também os novos desempregados mantiveram a tendência de quebra observada há mais de quatro anos. Já as colocações realizadas pelo IEFP aumentaram face ao trimestre homólogo.

93

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 54,1 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, atingindo-se novamente um mínimo histórico. Esta evolução regional traduziu-se numa diminuição homóloga de 8,3%, dando continuidade à tendência de contrações homólogas que se verificam há seis anos consecutivos.

Para tal contribuiu a contração homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-2,2%), que manteve a tendência de quebra, verificada há mais de quatro anos. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 309 novos desempregados (menos sete do que em igual período do ano anterior).

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, um aumento homólogo de 1,7%, infletindo o comportamento observado nos dois primeiros trimestres de 2019. Em termos médios, ocorreram cerca de 93 colocações por dia, aproximadamente mais duas do que em igual trimestre do ano anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	54,1	54,6	59,3	57,5	59,0	61,5	75,1
	v. h. (%)	-8,3	-10,7	-13,5	-16,6	-19,2	-18,1	-17,6
Novos desempregados**	milhares	27,8	22,8	26,8	28,0	28,4	26,8	28,7
	v. h. (%)	-2,2	-3,5	-0,8	-2,5	-6,2	-6,5	-11,6
Colocações do IEFP**	milhares	8,4	7,9	8,1	7,0	8,3	7,8	7,9
	v. h. (%)	1,7	-0,4	-0,4	10,0	-4,5	-0,5	-12,9

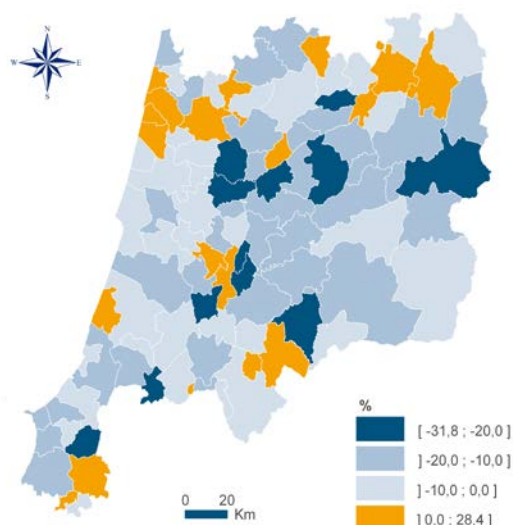
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁴ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma:
$$\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$$
 sendo, determinado município e $_{RC}$ a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2018.

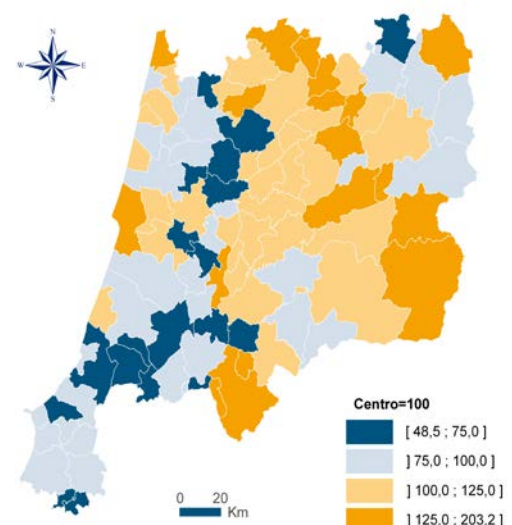
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que apenas em 20 municípios ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se com os maiores crescimentos homólogos, Fornos de Algodres (28,4%), Vagos (16,1%), Trancoso (14,8%), Murtosa (13,5%) e Figueiró dos Vinhos (12,5%). Nos restantes 80 municípios, o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas significativas reduções homólogas, Alcanena (-31,8%), Proença-a-Nova (-31,7%), Castanheira de Pera (-26,9%) e Mortágua (-24,7%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 51 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁴ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Mortágua (48,5), Meda (53,0), Ourém (53,2) e Batalha (56,8). Dos 49 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Idanha-a-Nova (203,2), Castro Daire (177,9), Vila Nova de Paiva (167,2) e Abrantes (166,4).

Varição homóloga do desemprego registado por município no terceiro trimestre de 2019



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no terceiro trimestre de 2019¹⁴



EMPRESAS

-25,8%

foi a diminuição
homóloga das ações
de insolvência na
região e

6,6%

foi o valor mais baixo
dos últimos sete
anos do peso dos
empréstimos vencidos

No terceiro trimestre de 2019, assistiu-se novamente, na Região Centro e em Portugal, a um aumento das empresas constituídas e a uma redução significativa das ações de insolvência, face a igual período do ano anterior. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos continuou a diminuir, atingindo o valor mais baixo dos últimos sete anos. Também os empréstimos concedidos às empresas mantiveram a tendência de queda.

Neste trimestre, foram constituídas 1.482 empresas na Região Centro, o que correspondeu a um aumento de 8,9% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional foi inferior ao crescimento homólogo do número de constituições ocorridas a nível nacional (10,8%). Em termos médios, foram criadas, aproximadamente, 17 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 117 novas empresas criadas diariamente no país.

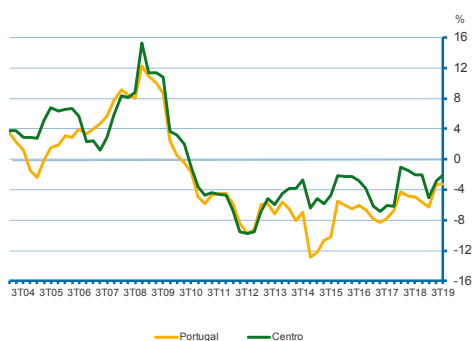
Na região registaram-se 173 ações de insolvência¹⁵ neste trimestre, o que se traduziu numa expressiva diminuição homóloga de 25,8%, ligeiramente superior à variação nacional (-25,2%). Esta redução das insolvências dá continuidade à tendência de quebra observada há mais de 10 trimestres e apenas interrompida no ano de 2018. Em Portugal ocorreram cerca de 10 ações de insolvência, em média, por dia, das quais aproximadamente duas foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência negativa observada há mais de nove anos consecutivos. Ainda assim, a evolução homóloga real na região foi de -2,1%, enquanto a média nacional se situou nos -3,3%.

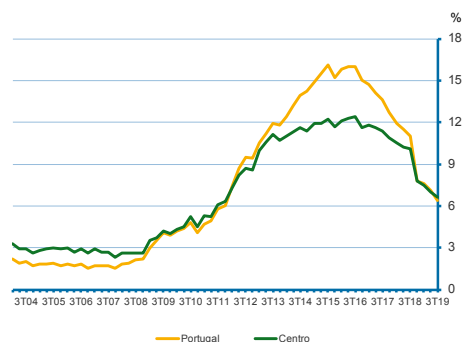
O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo (-3,5 pontos percentuais), tornando-se no valor mais baixo registado nos últimos sete anos. Deste modo, no terceiro trimestre de 2019, este indicador fixou-se nos 6,6% na região, ficando ligeiramente acima da média do país (6,4%).

¹⁵ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Peso dos empréstimos vencidos das sociedades
não financeiras



Quadro 7 – Empresas		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	10.528	11.524	15.754	11.232	9.501	11.331	10.126	
	v. h. (%)	10,8	2,7	17,8	14,6	4,9	11,9	10,0	
Centro	número	1.482	1.708	2.521	1.583	1.361	1.648	1.539	
	v. h. (%)	8,9	3,5	26,4	19,1	-5,3	7,0	3,5	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*									
Portugal	milhões €	69.118	70.224	69.302	69.590	71.612	71.702	74.656	
	v. h. real (%)	-3,3	-3,2	-6,3	-5,6	-5,0	-4,9	-7,7	
Centro	milhões €	13.097	13.220	13.034	12.976	13.398	13.385	13.477	
	v. h. real (%)	-2,1	-2,9	-5,1	-2,1	-2,0	-1,7	-6,3	
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*									
Portugal	%	6,4	7,1	7,6	7,8	11,0	10,6	13,8	
Centro	%	6,6	7,0	7,5	7,8	10,1	9,7	11,4	
Ações de insolvência									
Portugal	número	922	1.443	1.530	1.726	1.233	1.652	1.660	
	v. h. (%)	-25,2	-24,9	-11,5	1,8	16,5	-0,5	-14,7	
Centro	número	173	268	274	314	233	304	291	
	v. h. (%)	-25,8	-23,4	-14,4	2,3	21,4	4,6	-23,8	

* Neste trimestre existiram alterações metodológicas pelo que toda a série dos dados foi revista. A informação é agora apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

3,1%

foi o crescimento
homólogo real das
saídas de bens da
região e

No terceiro trimestre de 2019, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, tendo o crescimento das saídas sido mais elevado. O mercado intracomunitário registou o mais significativo aumento das saídas e o mercado extracomunitário o mais expressivo acréscimo das entradas.

2,7%

foi o aumento
homólogo real das
entradas de bens na
região

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁶ de 3,1%, superando o do total de saídas do país (que cresceram 1,4%, em termos homólogos reais) e retomando a evolução positiva observada no último trimestre de 2018 e no primeiro trimestre de 2019. Esta evolução regional foi explicada pelo acréscimo homólogo das saídas para ambos os mercados, tendo, no entanto, o crescimento das saídas para os países intracomunitários sido mais expressivo (3,8% contra 0,4% para os países extracomunitários).

¹⁶ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

¹⁷ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância superior a 93% e 92% do total das saídas e entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁷ da Região Centro, verificou-se que a secção XVII “material de transporte” foi a que contribuiu mais significativamente (2,45%) para a variação homóloga regional de 3,1%. Também com contributos positivos destacam-se as secções II “produtos do reino vegetal”, IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” e XIII “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” que, em conjunto, explicam 1,55 p.p. da variação regional observada no trimestre. Por contraste, quatro das secções analisadas contrariaram a evolução positiva registada na região, tendo a diminuição mais expressiva ocorrido na secção XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-0,98%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	14.195,0	15.335,6	15.020,6	14.338,8	14.023,8	14.451,6	13.754,5
	v. h. real (%)	1,4	0,5	4,9	-0,4	2,4	2,9	6,8
Intracomunitárias	milhões €	10.772,6	11.749,7	11.762,7	10.929,9	10.519,1	10.999,9	10.197,7
	v. h. real (%)	2,6	1,3	6,5	2,6	4,6	5,7	5,4
Extracomunitárias	milhões €	3.422,5	3.585,9	3.257,9	3.408,8	3.504,7	3.451,7	3.556,8
	v. h. real (%)	-2,1	-1,9	-0,3	-9,0	-3,6	-4,9	11,0
Centro	milhões €	2.698,0	2.922,8	2.899,8	2.870,4	2.623,7	2.817,6	2.695,3
	v. h. real (%)	3,1	-2,7	3,6	3,3	-0,8	2,4	-5,6
Intracomunitárias	milhões €	2.145,1	2.373,7	2.328,5	2.253,1	2.072,0	2.252,5	2.138,5
	v. h. real (%)	3,8	-2,6	2,7	2,8	-0,4	3,2	-3,8
Extracomunitárias	milhões €	552,9	549,1	571,3	617,3	551,7	565,1	556,9
	v. h. real (%)	0,4	-3,0	7,7	5,2	-2,4	-0,6	-11,7
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	19.477,2	20.664,2	20.012,9	19.631,7	18.322,3	18.841,0	17.422,1
	v. h. real (%)	8,0	5,2	11,4	5,5	3,1	5,5	8,9
Intracomunitárias	milhões €	14.761,3	15.774,5	15.241,8	15.201,8	13.449,8	14.278,3	13.298,5
	v. h. real (%)	11,5	6,8	10,2	5,5	-0,4	4,8	6,8
Extracomunitárias	milhões €	4.716,0	4.889,7	4.771,1	4.429,9	4.872,5	4.562,6	4.123,7
	v. h. real (%)	-1,7	0,6	15,4	5,6	14,1	8,0	16,4
Centro	milhões €	2.358,0	2.644,4	2.526,1	2.499,6	2.332,9	2.497,0	2.314,3
	v. h. real (%)	2,7	-3,6	3,6	3,5	0,1	5,3	8,8
Intracomunitárias	milhões €	1.848,7	2.075,3	2.046,3	2.029,2	1.866,9	2.027,3	1.909,1
	v. h. real (%)	0,6	-6,1	1,1	0,7	-1,6	3,6	7,9
Extracomunitárias	milhões €	509,3	569,1	479,8	470,3	466,0	469,7	405,2
	v. h. real (%)	11,0	6,6	16,0	17,3	7,8	13,1	13,1

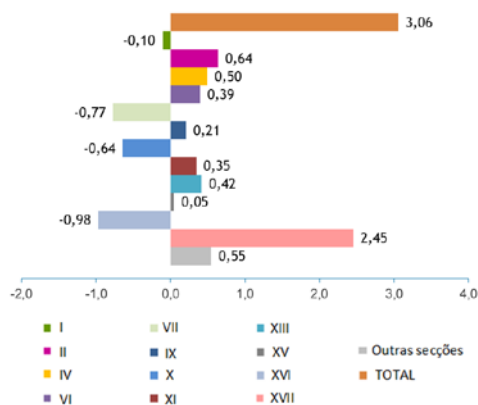
*Os valores de 2017 são definitivos, os de 2018 provisórios e os de 2019 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁸ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 69% e 76% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

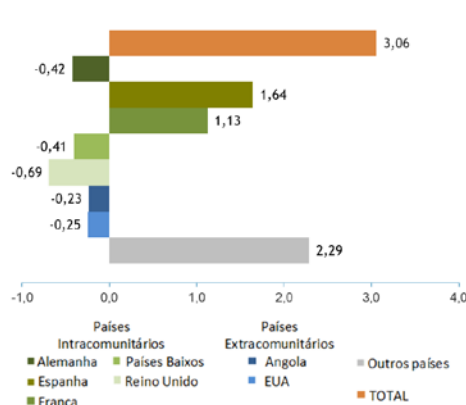
Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, constatou-se que foram dois países do mercado intracomunitário (Espanha e França) que justificaram a variação homóloga regional de 3,1%. Ambos os países, em conjunto, contribuíram positivamente em 2,77 p.p. para a variação total. Os restantes países analisados contrariaram esta evolução regional positiva, com contributos individuais que não ultrapassaram os -0,7%.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2019 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁷



Contributos dos países¹⁸

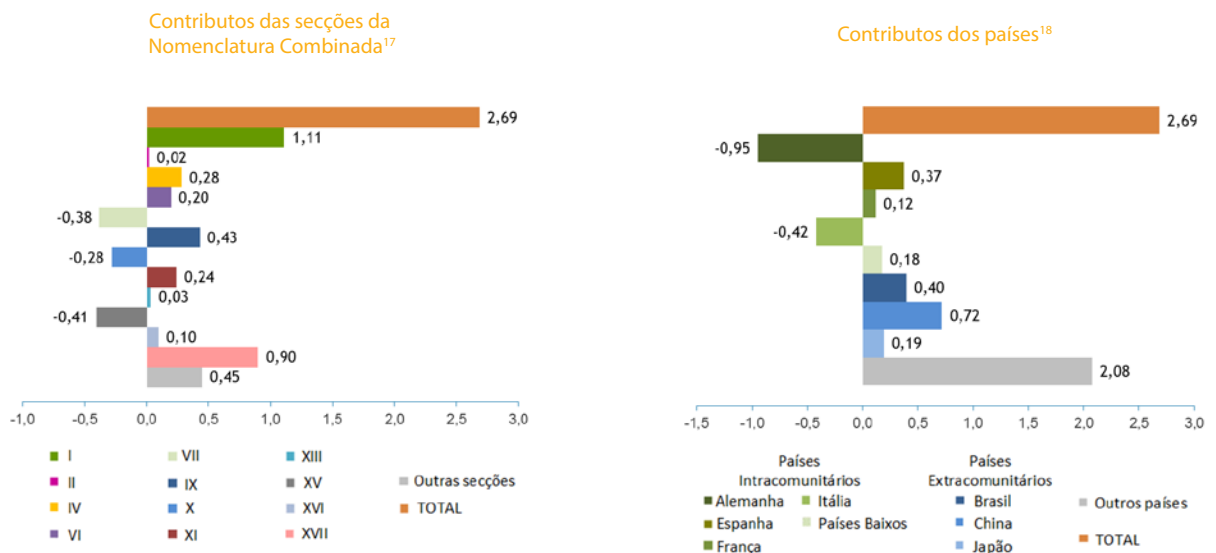


As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um aumento real de 2,7% que, embora inferior ao total nacional (8,0%), retomou a tendência de crescimento verificada há mais de quatro anos e apenas interrompida no trimestre anterior. Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução regional positiva, tendo, no entanto, o crescimento das entradas provenientes dos países fora da União Europeia sido mais significativo (11,0% contra 0,6% dos países da União Europeia).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a grande maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, com destaque para as secções I “animais vivos e produtos do reino animal” (1,11%) e XVII “material de transporte” (0,90%). Apenas três das secções analisadas contrariaram a evolução regional registada: XV “metais comuns e suas obras” (-0,41%), VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-0,38%) e X “Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (-0,28%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que todos os países do mercado extracomunitário analisados contribuíram para o crescimento homólogo regional de 2,7%. Os contributos positivos mais significativos ocorreram na China e no Brasil (que conjuntamente justificaram em 1,12 p.p. a variação total). Dos países com relevo no mercado intracomunitário, apenas um conjunto de três (Espanha, Países Baixos e França) explicaram em 0,67 p.p. a variação regional ocorrida no trimestre, por contraste com a Alemanha que apresentou o contributo mais negativo.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2019 (%)



TURISMO

4,5%

foi o crescimento
homólogo real
dos proveitos dos
estabelecimentos
hoteleiros da região e

1,9 noites

foi a estada
média nesses
estabelecimentos

No terceiro trimestre de 2019, o setor do turismo na região manteve a tendência positiva dos últimos trimestres, evidenciada pelos crescimentos homólogos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico.

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico¹⁹ acolheram mais hóspedes do que em igual período do ano anterior. Na Região Centro, o crescimento homólogo foi de 3,0% e embora menos expressivo que o da média nacional (5,9%), deu continuidade à evolução positiva verificada no último ano. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, o crescimento nos hóspedes foi de 1,2%.

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento face ao período homólogo (2,4%), abaixo da média do país que aumentou em 2,9%.

Quadro 9 – Turismo		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	9.019	7.628	4.503	5.371	8.518	6.289	5.971
	v. h. (%)	5,9	9,1	5,4	6,1	4,4	5,3	x
Centro	milhares	1.392	1.136	676	853	1.352	974	951
	v. h. (%)	3,0	10,5	1,9	4,3	0,5	2,4	x
Hotelaria	milhares	1.056	901	538	686	1.044	773	752
	v. h. (%)	1,2	8,4	1,2	4,6	0,7	2,8	x
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	25.331	19.596	10.963	13.299	24.610	16.769	16.241
	v. h. (%)	2,9	6,4	2,0	4,5	2,3	3,2	x
Centro	milhares	2.615	1.901	1.074	1.425	2.555	1.694	1.691
	v. h. (%)	2,4	10,0	0,4	2,1	-2,4	0,2	x
Hotelaria	milhares	1.976	1.499	840	1.134	1.970	1.335	1.332
	v. h. (%)	0,3	8,1	-1,1	2,9	-2,5	0,3	x
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	1.668.899	1.197.508	584.551	764.187	1.566.071	996.638	920.302
	v. h. real (%)	6,7	8,3	4,3	5,7	4,7	7,2	x
Centro	milhares €	132.946	92.502	53.112	71.224	127.435	83.198	79.077
	v. h. real (%)	4,5	10,9	3,1	4,0	3,0	4,2	x
Hotelaria	milhares	104.956	75.691	43.360	59.022	101.702	68.022	64.474
	v. h. real (%)	3,4	9,1	1,6	4,3	2,9	4,5	x
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,8	2,6	2,4	2,5	2,9	2,7	2,7
Centro	n.º noites	1,9	1,7	1,6	1,7	1,9	1,7	1,8

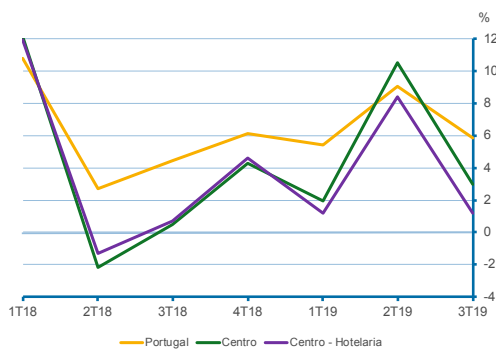
Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2019 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.
x: Não disponível

¹⁹ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

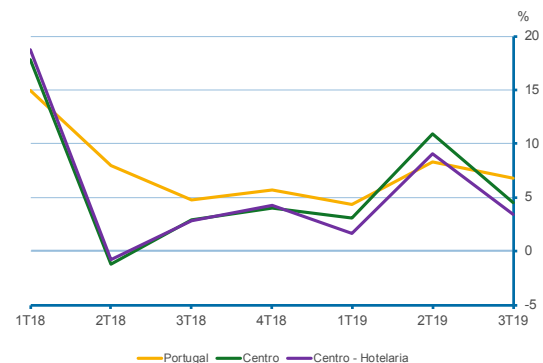
Os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram um crescimento homólogo real na região e no país, de 4,5% e 6,7%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o aumento homólogo real dos proveitos de aposento que cresceram 3,1% e que representavam, neste trimestre, cerca de 73% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

A estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se em 1,9 e 2,8 noites, respetivamente, mantendo-se no caso regional inalterada face ao período homólogo, mas superior à registada no trimestre anterior.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

14,5%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos para habitação familiar licenciados na região e

-34,9%

foi a diminuição homóloga real regional dos empréstimos à habitação vencidos, em queda há três anos consecutivos

No terceiro trimestre de 2019, as obras concluídas evidenciaram uma evolução positiva na região e no país, a avaliar pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores. Já os edifícios licenciados na região, apesar de terem continuado a diminuir, apresentaram alguns sinais de melhoria com aumentos homólogos significativos nas construções novas e nos novos fogos para habitação familiar. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, destaca-se novamente a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que sofreram uma elevada diminuição.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.580 edifícios, o que se traduziu num decréscimo homólogo de 1,8%. Estava variação foi menos expressiva que a ocorrida no trimestre anterior, mas contrária à média nacional em que se observou um aumento de 4,2%. Já os restantes indicadores do licenciamento voltaram a registar evoluções positivas, dando continuidade à tendência de aumentos verificada desde o primeiro trimestre de 2018 e apenas interrompida no trimestre precedente. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de novos fogos para habitação familiar cresceu 14,5% e o licenciamento de construções novas na região aumentou em 8,2%.

Os edifícios concluídos aumentaram 7,3%, na região, face a igual período do ano anterior, dando continuidade à evolução positiva verificada há quase dois anos. Este crescimento deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (5,2%). Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar tiveram um aumento de 8,9%, em termos homólogos. Em termos nacionais manteve-se a evolução positiva significativa iniciada no ano de 2017, com os edifícios concluídos a registar um crescimento homólogo de 16,7%.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação aumentaram ligeiramente no terceiro trimestre de 2019, tendo sido observada uma variação homóloga real de 0,3% na região e no país, que influiu mais de oito anos de diminuições homólogas consecutivas. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir expressivamente (-34,9%), em termos homólogos reais, acompanhando a evolução nacional (-43,9%) e intensificando a tendência de quebras sucessivas verificada nos últimos três anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu 0,7 p.p. na região e 0,9 p.p. no país face ao trimestre homólogo, cifrando-se, nos valores de 1,3% e 1,1%, respetivamente.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 5,9% em termos homólogos reais, voltando a situar-se abaixo da média nacional, que cresceu 8,0%. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 1.043,0 euros (aproximadamente mais 57 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Esta evolução regional traduz o maior valor da avaliação bancária da última década. Em todas as sub-regiões da Região Centro o valor médio da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais expressivas o Oeste (8,3%), a Beira Baixa (6,7%), a Região de Aveiro e Viseu Dão-Lafões, ambas com uma variação de 6,2%.

Quadro 10 – Construção e Habitação		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	5.630	5.840	6.179	5.682	5.405	5.568	4.651
	v. h. (%)	4,2	1,4	13,9	31,1	19,7	19,7	11,3
Centro	número	1.580	1.589	1.624	1.566	1.609	1.567	1.331
	v. h. (%)	-1,8	-2,3	10,8	31,8	20,5	17,7	7,9
Construções novas	número	1.140	1.093	1.119	1.006	1.054	1.047	909
	v. h. (%)	8,2	-1,7	10,0	21,9	14,9	15,2	13,6
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	14,5	-4,4	13,3	48,0	11,5	31,7	18,7
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	4.081	3.875	3.715	3.723	3.498	3.371	2.833
	v. h. (%)	16,7	19,4	23,1	34,3	24,8	19,0	7,1
Centro	número	1.103	1.129	1.089	1.056	1.028	976	844
	v. h. (%)	7,3	22,7	20,9	39,3	20,1	15,7	2,1
Construções novas	número	803	808	810	770	763	720	616
	v. h. (%)	5,2	18,8	21,4	38,7	23,3	16,9	6,1
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	8,9	27,2	1,2	31,4	65,9	28,0	13,1
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	0,3	-0,3	-0,8	-1,0	-2,0	-1,8	-3,7
Centro	v. h. real (%)	0,3	-0,5	-0,9	-1,2	-1,5	-1,4	-3,2
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-43,9	-35,4	-34,1	-31,2	-14,6	-15,3	-17,3
Centro	v. h. real (%)	-34,9	-33,2	-30,4	-29,9	-12,6	-13,3	-14,7
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.290,0	1.264,3	1.237,3	1.215,7	1.196,0	1.186,8	1.122,0
	v. h. real (%)	8,0	7,0	5,9	5,3	4,9	4,7	3,7
Centro	€/m ²	1.043,0	1.034,7	1.007,7	1.002,0	986,3	977,2	927,0
	v. h. real (%)	5,9	7,1	4,3	4,1	4,2	4,4	4,5

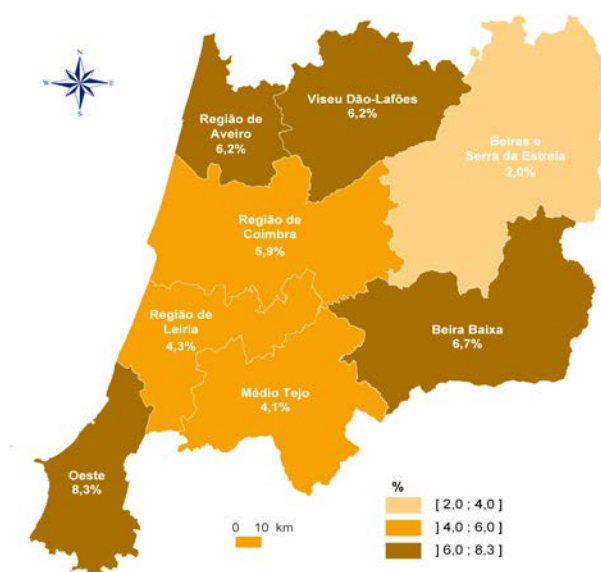
* O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2017, 2018 e 2019 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

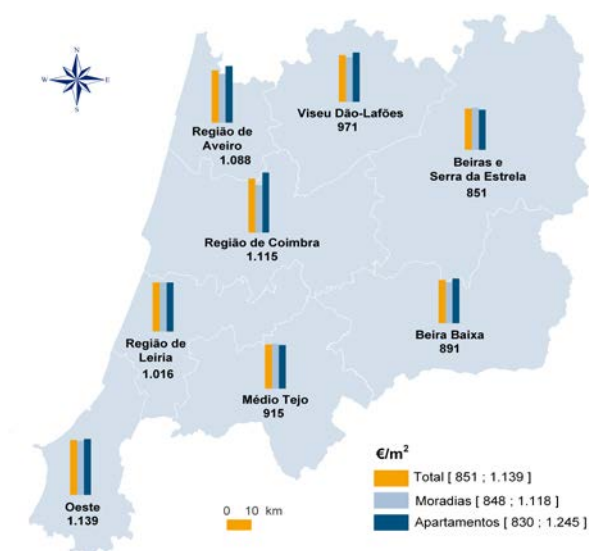
*** Neste trimestre existiram alterações metodológicas pelo que toda a série dos dados foi revista. A informação é agora apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 7,7% no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 4,3% nas moradias. O Oeste foi novamente a sub-região com a avaliação mais elevada (1.139€/m²) e continuou a evidenciar a valorização mais alta nas moradias (1.118€/m²). A Região de Coimbra foi, como habitual, a sub-região onde os apartamentos eram mais valorizados (1.245€/m²), enquanto a valorização menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (830€/m²). Esta sub-região foi também a menos valorizada em termos médios globais (851€/m²). Já as moradias apresentaram a avaliação mais baixa na Beira Baixa (848€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2019



Avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2019



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

-0,1%

foi a taxa de inflação homóloga regional no trimestre, infletindo um período de quatro anos de aumentos sucessivos

16,6%

foi o crescimento regional dos empréstimos concedidos para consumo e outros fins

No terceiro trimestre de 2019, o Índice de Preços no Consumidor diminuiu na Região Centro e em Portugal, face ao período homólogo, o que já não sucedia há quatro anos. Todos os indicadores representativos do consumo privado apresentaram evoluções positivas.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registou uma diminuição de 0,1%, em termos homólogos. Esta contração regional, embora ligeiramente menos expressiva que a da média nacional (que neste trimestre também diminuiu 0,2%), correspondeu à única variação negativa da taxa de inflação nos últimos quatro anos. Na região, apenas cinco das classes de despesa registaram esta diminuição dos preços, destacando-se com as quebras homólogas mais significativas as “comunicações” (-3,8%), o “vestuário e calçado” (-2,1%) e os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-1,6%). Em contraste e com menor expressão, a maioria das classes de despesa observaram variações homólogas positivas, com realce para os “bens e serviços diversos” (1,6%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (1,3%) e a “educação” (1,2%).

Quadro 11 – Preços		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017
							média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	-0,2	0,5	0,8	0,8	1,4	1,0	1,4
Centro	v. h. (%)	-0,1	0,5	0,9	1,0	1,5	1,1	1,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,0	-0,2	0,9	0,2	0,9	0,7	1,5
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	1,3	2,0	2,1	2,5	2,5	2,3	2,4
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,1	-2,1	-1,2	-2,8	-3,4	-3,0	-1,8
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-1,1	0,1	-0,1	2,7	3,0	2,3	0,7
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-1,6	-1,2	-0,9	-0,5	-0,2	-0,5	-0,8
Saúde	v. h. (%)	1,1	1,0	1,2	1,1	1,2	1,2	0,3
Transportes	v. h. (%)	0,5	2,3	2,2	3,3	3,7	2,8	3,2
Comunicações	v. h. (%)	-3,8	-2,4	0,2	0,3	0,4	0,5	2,8
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-0,2	0,2	-0,4	-0,4	0,3	0,0	1,2
Educação	v. h. (%)	1,2	1,2	1,2	1,1	1,6	1,5	1,1
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,4	1,4	1,4	1,4	3,1	2,2	1,9
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,6	2,1	2,0	1,5	0,8	0,9	0,7

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, no terceiro trimestre de 2019, na região e no país, a evoluções positivas em todos eles. As importações de bens de consumo regionais cresceram 3,9% em termos homólogos reais, valor que apesar de inferior à evolução nacional que foi de 8,4%, contrariou a variação negativa observada no trimestre anterior. As receitas de cinema registaram um significativo aumento homólogo real tanto na Região Centro (24,4%), como em Portugal (22,2%), dando continuidade ao comportamento bastante positivo verificado no trimestre precedente.

Também os empréstimos concedidos para consumo aumentaram significativamente, na Região Centro, em termos homólogos reais (16,6%). Esta evolução regional posiciona a região acima da média do país (12,6%) e dá continuidade à tendência de crescimento observada há dois anos consecutivos. Já o peso dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos diminuiu face ao período homólogo, fixando-se nos 4,4% na Região Centro e nos 7,4% no país, observando-se neste trimestre uma quebra regional de aproximadamente 9 p.p. face ao máximo histórico atingido no terceiro trimestre de 2014 (13,1%).

Todos os indicadores regionais referentes a levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e a compras em terminais de pagamento automático cresceram neste trimestre.

Quadro 12 – Consumo Privado		3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2018	2017	
								média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	8,4	2,4	5,8	2,7	-3,5	0,5	2,3	
Centro	v. h. real (%)	3,9	-1,0	6,8	5,3	1,8	1,5	-0,1	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	22,2	21,2	-17,3	12,3	-0,8	-4,6	4,3	
Centro	v. h. real (%)	24,4	19,4	-24,1	13,7	-6,9	-9,7	6,4	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	12,6	11,7	1,3	3,0	3,9	3,1	0,0	
Centro	v. h. real (%)	16,6	16,4	4,2	5,0	6,4	4,4	-0,5	
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins*** (em percentagem dos concedidos)									
Portugal	%	7,4	7,4	7,9	8,5	9,6	9,7	11,7	
Centro	%	4,4	4,1	4,4	4,3	5,2	5,3	7,5	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	1,7	2,0	2,6	2,5	0,8	1,4	0,5	
Centro	v. h. real (%)	1,7	3,1	2,8	2,8	1,9	2,0	0,9	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	5,4	1,1	4,2	4,6	5,4	4,8	4,6	
Centro	v. h. real (%)	5,3	0,9	3,5	5,2	4,8	4,6	3,8	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	8,0	9,3	7,2	7,5	7,0	8,0	9,1	
Centro	v. h. real (%)	7,9	9,9	8,2	8,8	8,4	8,6	7,9	

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2017 são definitivos, os de 2018 provisórios e os de 2019 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2019 das receitas de cinema são provisórios.

*** Neste trimestre existiram alterações metodológicas pelo que toda a série dos dados foi revista. A informação é agora apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuas.

CENTRO de PORTUGAL

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

5,8 mil milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 30 de setembro de 2019 e

26,1%

dos fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 absorvidos pela Região Centro

²⁰ No final de setembro de 2019, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

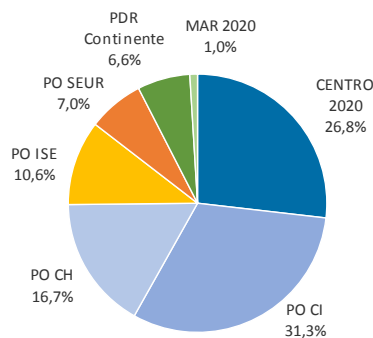
No PORTUGAL 2020, até 30 de setembro de 2019, estavam aprovados 5,8 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 8,8 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 era o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados.

No final do terceiro trimestre de 2019, encontravam-se aprovados 5,8 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 8,8 mil milhões de euros²⁰. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 26,1% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, o aumento dos fundos aprovados na região foi de 298,4 milhões de euros.

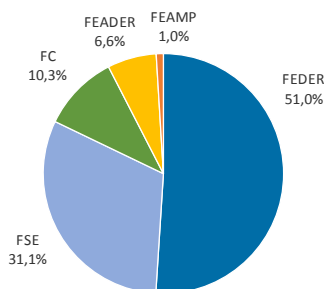
O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – PO CI) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 31,3% dos apoios captados. Juntamente com o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) mobilizaram para a região 74,8% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,3 mil milhões de euros de fundos europeus.

A maioria das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 2,9 mil milhões de euros (51,0%). As participações de FSE totalizavam 1,8 mil milhões de euros, correspondendo a 31,1% do total de fundos europeus aprovados.

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de setembro de 2019)
Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO CH – Programa Operacional Capital Humano
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
FC – Fundo de Coesão
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até 30 de setembro de 2019, estavam aprovados 4,2 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um investimento/despesa elegível de 6,3 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (30 de setembro de 2019)	Aprovações		Execução Financeira		
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Taxa de realização de fundo*
	Milhares de euros		Milhares de euros		%
Total - Centro	6.348.118	4.225.244	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	3.164.915	1.808.249	1.112.047	652.930	36,1
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.133.987	963.889	732.247	622.463	64,6
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	713.450	613.683	305.946	264.623	43,1
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	492.542	403.814	186.750	159.536	39,5
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	719.286	380.325	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	123.938	55.283	x	17.995	32,6

x - valor não disponível
* - fundo executado / fundo aprovado x 100

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até ao final do terceiro trimestre de 2019, estavam aprovados 3,2 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo europeu de 1,8 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 652,9 milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 36,1%. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de fundos aprovados de 54,9 milhões de euros e de fundos executados de 41,5 milhões de euros, que se refletiu num aumento de 1,2 pontos percentuais na taxa de realização.

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados no COMPETE 2020 na região (71,4%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 907,6 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (199,0 e 185,2 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 7,4% do fundo europeu aprovado e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 3,3%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 13,0% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,1 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,6 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,8 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,0% do fundo europeu aprovado, tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com três projetos aprovados que totalizam 4,2 milhões de euros de incentivo aprovado para transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade.

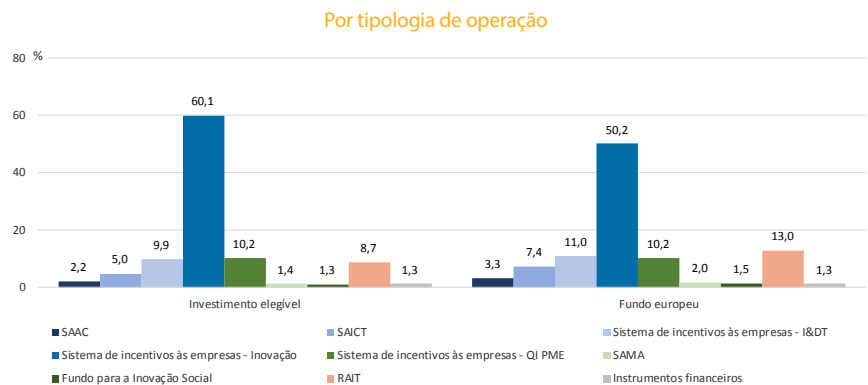
De referir ainda o Fundo para a Inovação Social²¹, com FSE aprovado na Região Centro de 28,0 milhões de euros (1,5%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Fundos para a Gestão de Instrumentos Financeiros de Capital e Quase-Capital, instrumento financeiro vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,3%).

²¹ Em termos programáticos tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

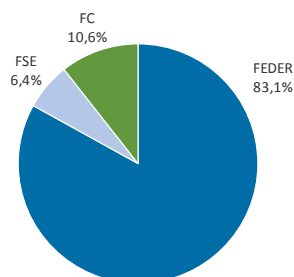
A grande maioria do fundo europeu aprovado do COMPETE 2020 na região teve cofinanciamento FEDER (83,1%), existindo também comparticipações pelo Fundo de Coesão (10,6%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (6,4%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME, do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao SAMA e do Fundo para a Inovação Social. De salientar que, neste trimestre, os maiores acréscimos de fundo europeu aprovado registaram-se no FSE, com um aumento de 35,6 milhões de euros (correspondendo a 64,8% do total).

- I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
- QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
- SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
- SAMA - Sistema de apoio à modernização administrativa
- RAIT - Regime de apoio às infraestruturas de transportes
- TIC - Tecnologias de informação e comunicação

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro (30 de setembro de 2019)



Por fundo financiador (Fundo europeu)



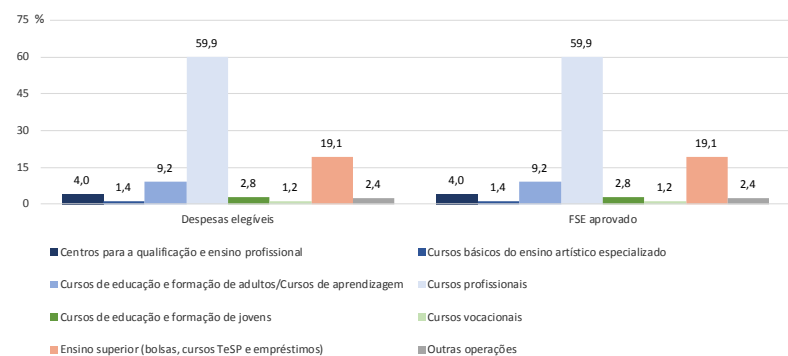
No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de setembro de 2019, na Região Centro, estavam aprovados 963,9 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,1 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 622,5 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 64,6% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais). Neste trimestre registou-se um acréscimo de 31,4 milhões de euros na execução, tendo os fundos aprovados aumentado apenas 7,0 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização teve um acréscimo de 2,8 pontos percentuais.

Do apoio aprovado, 59,9% destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 577,8 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 19,1% do fundo europeu aprovado, traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados, mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior²².

De entre as restantes ações, destacavam-se ainda os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (9,2%), que constituem uma oferta para os adultos que pretendam elevar as suas qualificações.

²² Após a reprogramação do PORTUGAL 2020, os cursos TesP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixam de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passam a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passam a ser apoiados pelo PO ISE.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2019)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final de setembro de 2019, estavam aprovados, na Região Centro, 713,5 milhões de euros de despesa elegível e 613,7 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 264,6 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 43,1%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 54,9 milhões de euros e o fundo executado 17,0 milhões de euros, o que conduziu a uma diminuição da taxa de realização em 1,2 pontos percentuais.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 16,4% do FSE aprovado (100,7 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

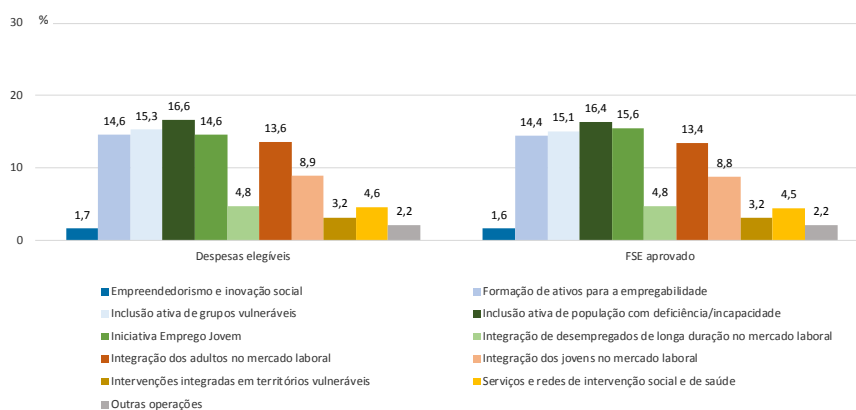
Outra parte relevante do fundo aprovado (15,6%, correspondendo a 95,5 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração local e em contexto internacional, apoios à contratação e

ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

A inclusão de grupos vulneráveis absorvia 15,1% do FSE aprovado, tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior.

De referir ainda, a formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados), que representava 14,4% do FSE aprovado, a integração de adultos no mercado laboral (13,4%) e a integração de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem no mercado de trabalho (8,8%), traduzindo-se estas duas últimas tipologias em apoios à contratação e estágios.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2019)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 30 de setembro de 2019, estavam aprovados, na Região Centro, 492,5 milhões de euros de despesa elegível e 403,8 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 39,5%, com o fundo validado a ascender a 159,5 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos aprovados aumentaram 24,3 milhões de euros e os fundos executados 16,5 milhões de euros, o que permitiu um acréscimo de 1,8 pontos percentuais na taxa de realização.

O ciclo urbano da água absorvia 39,0% do fundo europeu aprovado (157,6 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de ETAR, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem de águas residuais.

As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos totalizavam 63,5 milhões de euros, representando 15,7% do incentivo aprovado. Tratam-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego

entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,7 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

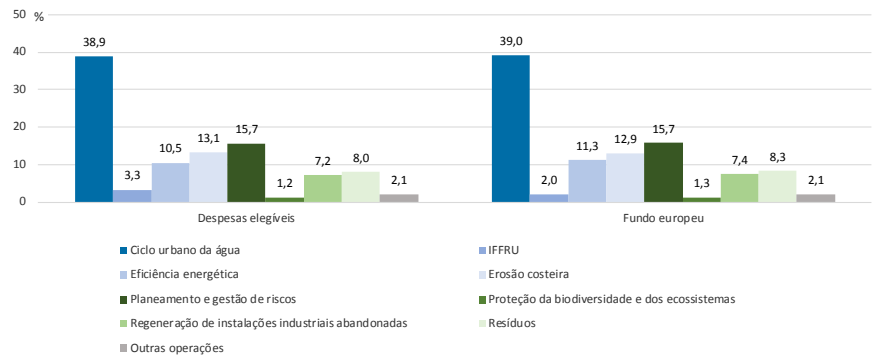
Os projetos de prevenção da erosão costeira (outro tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 12,9% do fundo aprovado, destacando-se as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros), de alimentação artificial da praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz, Cova Gala - Costa de Lavos (13,5 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (4,3 milhões de euros).

²³ A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

As ações de eficiência energética representavam 11,3% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,1%), transportes (1,9%) e sobretudo infraestruturas públicas (9,3%), destacando-se, pela relevância dos valores, a implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo, de Coimbra e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Viseu, de Tomar e da Guarda, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, o centro de medicina de reabilitação Rovisco Pais, o hospital distrital da Figueira da Foz, entre outros.

De destacar ainda os 8,3% de fundo europeu aprovado para a valorização de resíduos, onde se evidencia o incentivo de 16,0 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão²³, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de setembro de 2019)



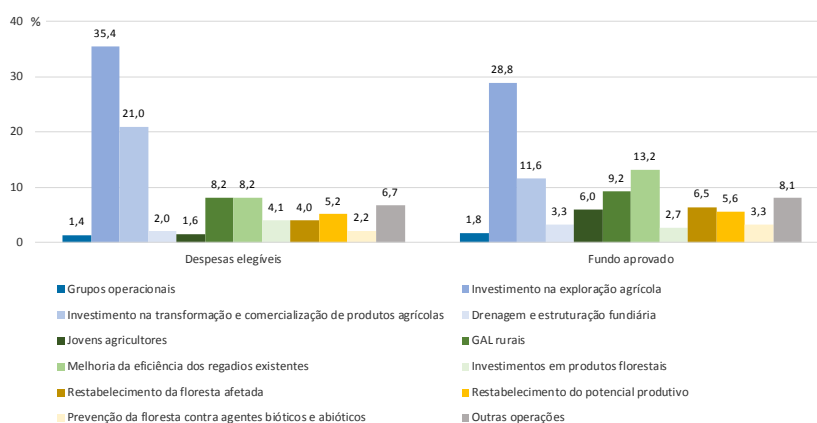
No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 30 de setembro de 2019, na Região Centro, estavam aprovados 719,3 milhões de euros de despesa elegível e 380,3 milhões de euros de FEADER. O fundo europeu aprovado aumentou, neste trimestre, 11,2 milhões de euros.

Para este nível de compromisso, contribuíram fortemente os projetos aprovados na ação "investimento na exploração agrícola", totalizando 109,7 milhões de euros de FEADER (28,8% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 50,3 milhões de euros de fundo europeu (13,2% do fundo aprovado), destacando-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (11,6% do fundo aprovado), que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, e a área do desenvolvimento local, responsável por 9,2% do FEADER aprovado, operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 35,1 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área do desenvolvimento local, 18,1 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 17,0 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2019)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de setembro de 2019, na Região Centro, tinham sido aprovados 123,9 milhões de euros de despesa elegível e 55,3 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 32,6%, ascendendo o fundo validado a 18,0 milhões de euros. Neste trimestre, assistiu-se ao aumento de 2,0 milhões de euros nos fundos aprovados e de 1,2 milhões de euros na execução, tendo a taxa de realização aumentado 1,1 pontos percentuais.

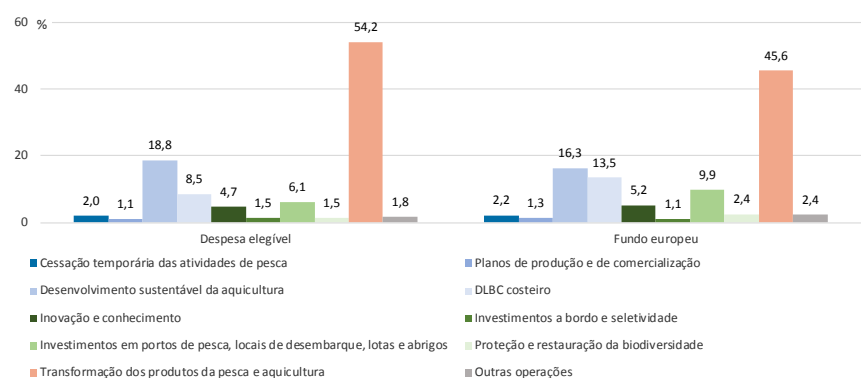
Os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 45,6% do fundo aprovado, correspondendo a 25,2 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 16,3% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável com um fundo aprovado de 1,0 milhões de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 7,5 milhões de euros (13,5%). Deste montante, 2,2 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 5,3 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 9,9% do FEAMP aprovado, onde se evidencia o investimento no prolongamento do quebra mar interior do porto de Peniche com um fundo aprovado de 1,4 milhões de euros.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de setembro de 2019)



CENTRO 2020

No terceiro trimestre de 2019, 99,0% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 307 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 16.049 candidaturas, com intenções de investimento na região de 5,9 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus.

Até 30 de setembro de 2019 tinham sido aprovadas 7.045 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento total na região de 2,9 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,5 mil milhões de euros de fundos europeus. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 413 mil euros e um apoio europeu de 220 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		setembro 2019	junho 2019	março 2019	dezembro 2018	setembro 2018
Concursos						
Total	número	307	291	285	262	260
Fundo comunitário*	milhões €	2.132,9	1.984,1	1.963,6	1.778,0	1.822,1
	% da dotação de fundo	99,0	92,1	91,1	82,5	84,5
Em aberto	número	35	24	28	21	28
Fundo comunitário	milhões €	219,3	161,4	202,7	138,4	381,1
Encerrados	número	272	267	257	241	232
Fundo comunitário	milhões €	1.913,6	1.822,7	1.760,9	1.639,6	1.441,0
Candidaturas apresentadas						
Total	número	16.049	15.891	15.634	14.984	14.380
Investimento total previsto	milhões €	5.930,6	5.829,5	5.649,2	4.936,2	4.592,1
Operações aprovadas						
Total	número	7.045	6.319	5.164	4.675	4.422
Investimento total	milhões €	2.911,2	2.539,7	2.327,0	2.274,6	2.234,0
Investimento elegível	milhões €	2.450,8	2.149,6	1.963,2	1.915,7	1.879,6
Fundo comunitário	milhões €	1.548,8	1.404,7	1.303,2	1.271,1	1.241,1

* Como resultado do processo de estabilização no Sistema de Monitorização do Portugal 2020, no 4.º trimestre de 2018, foram efetuadas correções aos valores das dotações dos fundos lançados a concurso.

O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 61,8% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 3.766 operações aprovadas (53,4% do total), 2,0 mil milhões de euros de intenções de investimento e 957,9 milhões de euros de incentivos.

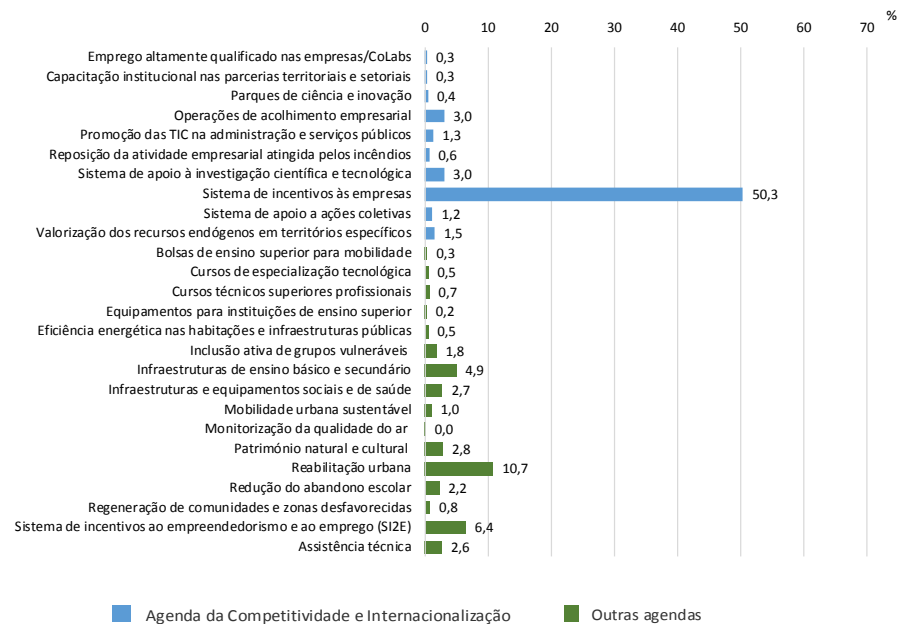
A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 3.369 operações aprovadas e 779,6 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 50,3% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 3,0% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se os projetos de acolhimento empresarial, com 3,0% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas.

De referir ainda neste domínio, pelo seu caráter excecional, os apoios específicos para os territórios da Região Centro afetados pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017 (designadamente Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã) para restabelecimento da capacidade produtiva das empresas afetadas (0,6% do fundo europeu aprovado, traduzidos em 9,8 milhões de euros).

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de setembro de 2019)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 590,9 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (10,7%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (4,9%), ao património natural e cultural (2,8%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (2,7%), à redução do abandono escolar (2,2%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,8%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. Dos 166,5 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

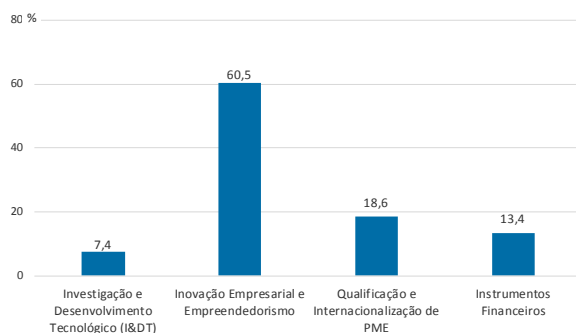
De referir ainda o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 30 de setembro de 2019, estavam aprovados 99,2 milhões euros de fundos europeus (6,4%) correspondendo a 2.546 operações aprovadas neste instrumento e a 212,0 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros (incluindo já o reforço na dotação das CIM de 50 milhões de euros, ocorrido na sequência da reprogramação do CENTRO 2020).

Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 60,5% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (471,7 milhões de euros), enquanto apenas 7,4% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (13,4% do fundo aprovado no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas), correspondendo este valor ao contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista. De salientar que, neste trimestre, se registou um reforço de 24,7 milhões de euros na comparticipação de FEDER afeta a estes instrumentos financeiros, justificado pela procura elevada e em crescendo e pelas alterações introduzidas ao SI Inovação Produtiva pela reprogramação do PORTUGAL 2020, uma vez que esta tipologia de incentivos passou a funcionar com um sistema híbrido de apoio, que combina fundos europeus com financiamento articulado com a banca através do instrumento financeiro.

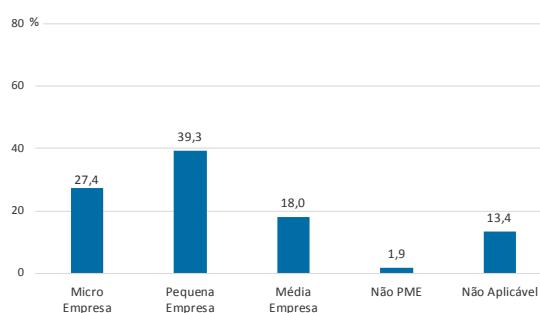
Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (39,3%) e micro empresas (27,4%) e à indústria transformadora (62,5%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (30 de setembro de 2019)

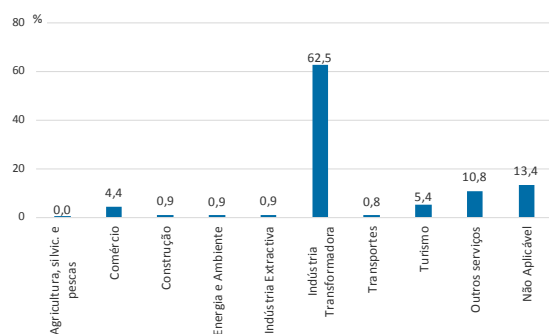
Por tipologia de investimento



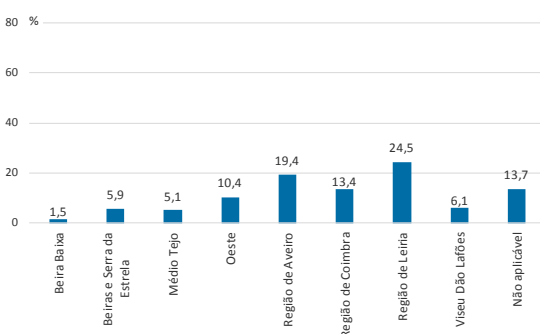
Por dimensão da empresa



Por setor de atividade



Por Comunidade Intermunicipal (CIM)



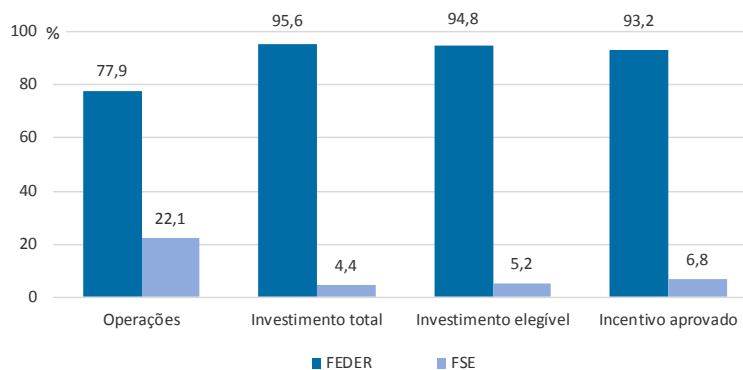
A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (93,2% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda distante dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 79,4% de FEDER e 20,6% de FSE²⁴ (correspondendo a uma dotação financeira de 1.711,5 milhões de euros de FEDER e 443,5 milhões de euros de FSE). A 30 de setembro de 2019, estavam aprovadas 5.487 operações envolvendo uma comparticipação de FEDER de 1,4 mil milhões de euros (84,4% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovadas 1.558 operações, envolvendo 105,0 milhões de euros de fundo europeu (23,7% da dotação programada).

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (27,6 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a medidas que visam a redução do abandono escolar (34,0 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária²⁵, (ii) a cursos técnicos superiores profissionais (10,2 milhões de euros), (iii) aos incentivos atribuídos no âmbito do SI2E (9,3 milhões de euros), (iv) a cursos de especialização tecnológica (7,2 milhões de euros), (v) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (vi) aos incentivos à contratação de emprego altamente qualificado por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (4,0 milhões de euros), (vii) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (3,9 milhões de euros) e (viii) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,7 milhões de euros).

²⁴ A 5 de dezembro de 2018, foi aprovada, pela Comissão Europeia, a reprogramação do PORTUGAL 2020 considerando a adequação à alteração do ciclo económico e o alinhamento com o Plano Nacional de Reformas. Este exercício de reprogramação não alterou a dotação global dos programas operacionais, mas permitiu otimizar os recursos disponíveis e reafectá-los entre prioridades. No que respeita ao CENTRO 2020, esta transferência de verbas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores.

²⁵ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (30 de setembro de 2019)



No final do terceiro trimestre de 2019, o programa tinha 71,9% da sua dotação comprometida e estavam validados 536,8 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 24,9%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução aumentou 4,9 p.p., situando-se nos 47,0 p.p.. A taxa de realização do CENTRO 2020 foi de 34,7%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 577,8 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (107,6%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 37,3%. Neste

trimestre, a taxa de reembolso manteve-se igual à do trimestre anterior, período em que tinha ocorrido um ligeiro aumento deste indicador, contrariando a tendência dos trimestres precedentes, em que consecutivamente se registava uma diminuição da taxa de reembolso, refletindo a conversão de alguns dos adiantamentos (que permitem aos beneficiários disporem de liquidez para a realização de despesa) em despesa efetiva e validada.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		setembro 2019	junho 2019	março 2019	dezembro 2018	setembro 2018
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	772.834	716.289	673.772	612.265	536.267
Fundos comunitários	milhares €	536.822	497.681	467.375	424.332	371.816
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	577.764	535.702	501.224	460.466	407.890
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	71,9	65,2	60,5	59,0	57,6
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	24,9	23,1	21,7	19,7	17,3
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	34,7	35,4	35,9	33,4	30,0
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	37,3	38,1	38,5	36,2	32,9
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	107,6	107,6	107,2	108,5	109,7

Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego (Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Consumo e outros fins - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Consumo e outros fins - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 14, n.º 15, n.º 16, n.º 17 e n.º 18
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do terceiro trimestre de 2019 foi recolhida até ao dia 12 de dezembro de 2019.

